
Clipping n° 1226

, 01 Outubro 2013 - 12:30:20

Barueri recebe a Semana de Artes Gráficas em outubro Os profissionais gráficos do município de Barueri, localizado na zona oeste da Grande São Paulo, terão a oportunidade ideal para reciclar e aprimorar seus conhecimentos no setor. Trata-se da 5ª Semana de Artes Gráficas (SAG), que será realizada entre os dias 21 e 25 de outubro, no Senai Barueri, região central da cidade. Com o objetivo de qualificar a mão de obra da indústria gráfica, o evento discutirá os desafios da inovação no setor, novas possibilidades na impressão digital, gestão inovadora de resultados, entre outros assuntos que permeiam a rotina do profissional gráfico. As inscrições são gratuitas e totalmente custeadas pela ABIGRAF-SP e SINDIGRAF-SP. Aproveite e faça já sua inscrição pelo e-mail sag@abtg.org.br ou pelo número (11) 2797-6700. RV&A

O desafio é recuperar a competitividade (*) (*) artigo de Fabio Arruda Mortara presidente da ABIGRAF Nacional e do SINDIGRAF-SP Todas as entidades do setor gráfico brasileiro, incluindo o SINDIGRAF-SP, ao qual fui reeleito presidente para o período 2013-2016, estão cada vez mais unidos e coesos na luta em prol do resgate da competitividade do setor. Estamos fazendo todo o esforço para conseguir reduzir os custos de nossa produção e enfrentar um dos mais graves problemas, que é a concorrência desleal das gráficas da China, que transformam salários mais baixos, comércio artificialmente gerenciado, despreocupação com os eventuais danos ambientais e subsídios em vantagens concorrenciais. Porém, se não fossem os nossos problemas internos, a começar pela carga tributária brasileira superior a 37% do PIB, a mais alta no universo dos BRICS, o contraste de competitividade seria menor. Se, de um lado, a China exagera no desrespeito às normas internacionais relativas ao trabalho digno e à responsabilidade socioambiental e subsidia o papel de imprimir, convertendo tais distorções em diferencial para auferir vantagens concorrenciais, o Brasil extrapola em muito aos padrões globais quanto aos impostos, juros, burocracia, encargos trabalhistas, insegurança jurídica e comércio equivocados, reduzindo de modo dramático a competitividade de sua manufatura. Na indústria de transformação brasileira, há segmentos mais afetados do que outros, em especial nos quais há similaridade tecnológica e em que pequenas variações de qualidade não são consideradas pelo contratante do serviço na avaliação da relação de custo-benefício. É o caso do setor gráfico nacional, que investiu pesadamente nos últimos anos em atualização de equipamentos e processos, nada devendo aos melhores do mundo. Nesse caso, a decisão do cliente é balizada pelo preço, não importando muito a tinta usada (se tem ou não chumbo), as peculiaridades dos demais substratos, a origem do papel (se vem de florestas cultivadas ou é extraído de matas nativas), se os profissionais têm ou não condições adequadas de trabalho ou se um dos efeitos colaterais daquele produto é o dano ambiental. No capitalismo, não se pode condenar essa perspectiva do preço nas decisões dos clientes. Contudo, cabe ao Estado adotar medidas eficazes para equilibrar o jogo no comércio internacional, adotando políticas públicas reguladoras. Ante tal premissa, a indústria gráfica brasileira tem encaminhado algumas poucas reivindicações ao governo, até agora não atendidas, o que motivou um manifesto do setor à Nação, sintetizando as medidas pleiteadas: desoneração da folha de pagamentos; isenção do IPI para os materiais escolares; alíquota zero do PIS/Cofins para a atividade de impressão de livros; retirada de seis papéis de imprimir da lista de cem produtos que tiveram suas alíquotas de importação elevadas pela Camex; adoção de margem de preferência quando das compras de materiais gráficos pelo setor público, incluindo as obras adquiridas pelo governo no âmbito do Programa Nacional

do Livro Didático (PNLD); fiscaliza o uso indevido do papel imune; fim da bitributação do ICMS e ISS. A indústria gráfica do Brasil não abre mão da dignidade trabalhista de seus colaboradores, de sua responsabilidade socioambiental, dos investimentos em tecnologia e de concorrer de modo ético e saudável na economia globalizada. Porém, precisa ser ouvida em seus pleitos para manter os 230 mil empregos existentes nas mais de 20 mil gráficas e cumprir seus compromissos com o desenvolvimento nacional. Caso contrário, continuaremos passando o constrangimento de ver livros de autores brasileiros, inclusive os comprados pelo governo para distribuição às escolas públicas, sendo impressos sob a fumaça de Pequim e ao ritmo do dumping social, um triste eufemismo para condições de trabalho inimagináveis em nossa pátria! Por tudo isso, estamos enfrentando com insistência e incansável mobilização a resistência do poder público em atender a indústria gráfica. Precisamos somar forças e seguir unidos na defesa de nossas bandeiras. RV&A

Veja como entrar com um recurso na agência do INSS Os segurados que tiveram um pedido de benefício ou de revisão negados na agência do INSS não precisam procurar, de imediato, a Justiça para que consigam reverter a situação. No próprio posto, é possível apresentar um recurso administrativo pedindo uma nova avaliação do caso. O pedido de reconsideração é simples. Para fazê-lo, basta informar dados pessoais e o motivo pelo qual o segurado está recorrendo ao Conselho de Recursos da Previdência Social, para onde o pedido será encaminhado. Agora SP

Centrais organizam atos pelo fim do fator As centrais sindicais se preparam para fazer manifestações, a partir da próxima semana, pelo fim do fator previdenciário, índice que reduz as aposentadorias. A notícia de que o assunto voltaria à pauta do governo apenas em 2015 azedou mais uma vez o clima entre os sindicalistas e a equipe de governo da presidente Dilma Rousseff. "É uma grande decepção. Começamos a negociar com o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência). Ele disse que estava preparando uma proposta concreta para nos apresentar sobre o fim do fator", afirma Richard Casal, da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas). Agora SP

Viúvo poderá ter salário-maternidade O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, anteontem, a medida provisória que permite ao viúvo continuar a receber o salário-maternidade se a mãe da criança morrer. A decisão ainda deverá passar pelo Senado. Além do viúvo que tem um recém-nascido, a regra também valerá para os casos em que a mãe adotiva morreu. Terá direito ainda ao benefício quem se casou com um homem solteiro que adotou uma criança recentemente, mas morreu enquanto recebia o salário-maternidade, que é pago pelo INSS. Agora SP

Jorge Caetano Ferminopj